

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES EM UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO.

Tatiana Polliana Pinto de Lima ⁱ

O Partido dos Trabalhadores é um partido fundado em 1980, constituído em sua origem por militantes advindos das mais diversas correntes políticas, o que na prática significa de integrantes da corrente mais liberal da Igreja católica até militantes da esquerda marxista, bem como da extrema esquerda. Ao longo dos anos sofreu modificações, as mais variadas, seja na sua estrutura, nas suas bases militantes ou na sua formação política. Pudemos perceber estas mudanças por meio das transformações nas suas defesas para a área da educação.

Assim, no texto a seguir procuraremos abordar os encontros nacionais de educação, elaborados pelo PT como forma de entender as falas do partido no tocante à educação inseridas em um contexto de mudanças não somente estruturais, mas igualmente conjunturais pelas quais passou o mesmo. Este trabalho é também um esforço de entender as influências que o processo de integração do Brasil às novas tendências capitalistas mundiais, denominadas atualmente de neoliberalismo, tiveram sobre a relação educação e PT.

Adentrando por toda a década de 80, a preocupação do PT era prioritariamente, se não podemos assim dizer, quase exclusivamente com os *trabalhadores*. Uma escola pública para os trabalhadores. Este foi o cerne principal, ou seria a preocupação principal no decorrer da realização do 1º. Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores (I. ENEd/PT) ocorrido em 1989. Ora, desta feita, em um dos seus textos intitulado “Algumas propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores”, inserido no livro “A Educação como Ato Político Partidário”, Moacir Gadotti, o coordenador geral do I ENEd/PT, assim afirmou:

A luta maior do PT é pelo estabelecimento de uma sociedade de iguais, eliminando a exploração do trabalho. Por isso, seu objetivo final é a *democracia socialista*. Para atingir esse objetivo, o PT luta para que todos os trabalhadores gozem dos direitos que um Estado democrático deve garantir: o direito ao trabalho, à moradia, ao transporte, à saúde e à alimentação, à cultura, educação e lazer, à terra a quem nela trabalha, direito à livre expressão e organização de qualquer grupo ou minoria etc.ⁱⁱ

O documento principal resultante deste encontro, principal texto-alvo do primeiro momento das análises aqui realizadas, é o relatório final do I ENEd/PT. Na introdução do relatório final do encontro, a Coordenação da Comissão de Assuntos Educacionais afirma que “um dos objetivos do I ENEd/PT foi propiciar a oportunidade para discussão e a construção de uma proposta partidária, que colabore na atuação dos trabalhadores em educação petistas, nas suas várias frentes de atuação”ⁱⁱⁱ. Isto porque o partido reconhecia o grande potencial militante nesta área de atuação. Assim, “o PT propõe-se a ter uma política educacional própria para que seus militantes possam participar dos movimentos sociais, discutindo, aprendendo e ensinando sem ferir sua independência e autonomia”^{iv}. A Coordenação reconhece que o maior papel que o I ENEd/PT cumpriu foi o político, já que naquele momento muitos educadores petistas encontravam-se à frente de numerosas entidades educacionais, a maioria filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Buscou, desta forma, “... socializar as experiências e a elaboração de modo a subsidiar a atuação destes no movimento de educadores visando à unificação de suas intervenções, até então fragmentadas e espontâneas, em diversos setores.”^v

Toda esta política educacional elaborada pelo partido partiu de um ponto chave – a avaliação da situação da educação que naquela época apontava para as deficiências nesta área social: descaso dos governos estaduais, municipais e federal pela escola pública, baixos salários, ausência de contrato unificado para os professores, falta de cursos noturnos para os alunos trabalhadores, falta de conteúdo nos cursos ministrados. Enfim, problemas herdados da política educacional dos Governos Militares e perpetuada ao longo de todo o Governo Sarney (1985-1989).

Várias temáticas foram tratadas neste encontro, tais com LDB, educação infantil, leis estaduais de educação, etc. Mas, o ponto maior de discussão no I ENEd/PT foi a escola pública com a construção de uma qualidade que beneficiasse prioritariamente os trabalhadores. De acordo com o relatório final do encontro, este leva em consideração que é o próprio trabalhador que organiza suas atividades e, por meio de experiências vivenciadas, seja na escola ou no convívio social, apropria-se de um conhecimento prático, social e histórico. As propostas para uma concepção pedagógica do PT acataram o mundo do trabalho, a produção cultural do trabalhador e sua relação com o político e a educação; suas condições, bem como suas necessidades, deveriam ser consideradas, proporcionando prazer e condições de permanência na escola.

Na visão dos educadores petistas, uma escola pública, popular, de qualidade deveria ser medida não apenas pelos conteúdos ministrados pelos professores e assimilados pelos alunos, mas igualmente pela construção de uma solidariedade de classe, pela possibilidade que toda a comunidade ao redor dela, assim como pais e alunos, tivessem de utilizá-la como um espaço comum de elaboração e edificação da cultura e do conhecimento.

Já, no momento seguinte, ou seja, no início da década de 1990, período em que se começa a delinear de uma nova fase no capitalismo no Brasil, este agora terá que se inserir em um novo modelo de produção capitalista que afetou, e continua afetando sobremaneira toda a população mundial. Modelo este pautado na regulação financeira; na diminuição de “gastos” sociais com saúde, educação, cultura, cujas responsabilidades pela sua manutenção estavam sendo transferidos para a sociedade como um todo; no fim do emprego formal; aumento acelerado de desemprego; crescimento do emprego informal; transformação de uma relação educação-trabalho para uma outra: mercado de trabalho-escola.

Assim, os objetivos de uma escola volta para o mercado de trabalho e para as necessidades de uma indústria capitalista são cada vez mais perceptíveis na educação

brasileira. O importante agora é o cidadão inserido neste “novo” contexto de construção dos mercados globais.

Neste cenário ocorre o II Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores (II ENEd/PT) em 1992, tentando por meio de seus debates propor algumas soluções para os problemas educacionais do Brasil. “Educação para um Brasil Cidadão”. Podemos afirmar que este foi o objetivo do II Encontro Nacional de Educação do PT (II ENEd/ PT), um encontro ocorrido em julho de 1992, em Taboão da Serra, estado de São Paulo. Sua projeção já não foi tão grande quanto a ocorrida no I ENEd/ PT de 1989, em virtude da turbulência que cercou a política brasileira nesse ano. Um ano marcado por denúncias de corrupção, envolvendo o então Presidente da República Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 e empossado no ano subsequente (1990).

A eleição de Collor consolidou o processo de transição dos governos militares para os governos civis. Foi a primeira feita diretamente pela população após 21 anos de ditadura. Nessas eleições, disputaram o 1º turno três blocos de forças político-partidárias compostos por vinte e quatro partidos, alguns com candidatos próprios; outros, em aliança ou coligação partidária. O primeiro bloco pode ser considerado conservador de direita e centro-direita, identificado com o neoliberalismo; um outro bloco de centro e centro-esquerda, que defendia a social-democracia e, por último, um de esquerda, que encampava um projeto socialista para a sociedade brasileira.

Neste ínterim, as Resoluções do 2º. ENEd/PT tratam, em sua introdução, da situação da educação brasileira em 1989, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo em trinta e seis (36) cidades brasileiras. Desta feita, o Partido passa a ser agora também governo. Para o PT, a educação encontrava-se em uma “trágica” situação, com

Péssimas condições dos prédios escolares, ausência de uma ação sistemática de manutenção e conservação dos mesmos, falta de escolas, falta de equipamento e materiais, falta de merenda, profunda desvalorização profissional dos educadores, autoritarismo como marca das relações na escola e entre estas e a administração, índices brutais de evasão e repetência, orientação pedagógica que desconhecia a realidade dos educandos, dificuldade dos educadores, por suas condições

profissionais, em refletir e repensar sua prática e, em alguns casos, desvios de recursos e corrupção.^{vi}

Na ótica do partido, este quadro era consequência de anos e anos da ação de políticas educacionais que preteriram os serviços públicos, não os levando em consideração como prioridades sociais, à revelia da população sem voz. “Este quadro que foi, e lamentavelmente ainda é, uma realidade de proporções nacionais resulta das orientações políticas desenvolvidas pelos governos militares, e pela Nova República, muitas das quais reavivadas pelo governo de Collor de Melo.”^{vii} A seguir, ainda no mesmo documento, toda uma descrição e breves comentários são feitos quanto às reformas realizadas ao longo dos governos militares e que interferiram na situação educacional brasileira de fins da década de 80.

Assim, a política de sucateamento do ensino público resultou na expansão da rede privada em todo o país, fosse no ensino pré-escolar, ou nos antigos 1º e 2º graus, além de uma extraordinária privatização no ensino superior. Conseqüentemente, em fins dos anos 70, os filhos oriundos da classe média passaram a freqüentar as escolas privadas, como forma de qualificarem-se e adentrarem as portas das universidades públicas brasileiras. Aos trabalhadores era legada uma escola desqualificada que lhes permitia, quando muito, o acesso a universidades privadas, conforme já explicitado anteriormente. A sensação de fracasso foi, portanto, permeando o imaginário da população trabalhadora, no sentido de que seus filhos não haviam nascido para estudar. Era, desta feita, melhor trabalhar para auxiliar no sustento da casa.

Esta situação não foi alterada com a instalação da Nova República. O governo Sarney, por meio de seu Ministro da Educação Marco Maciel, instaurou os programas “Educação para Todos” no chamado “Dia D da Educação”, este direcionado para o 1º grau, e “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”, em 1985, levando em consideração o ensino superior.

No 2º. ENEd/ PT, portanto, o partido afirmava que, neste contexto, “o papel do estado seria o de assegurar (...) condições mínimas de igualdade de oportunidades para que cada qual ocupe o papel social que a concorrência no mercado lhes reservar.”^{viii} Este ideário é o que está no imaginário social de cada brasileiro que vê nos estudos uma tábua salvadora, o único meio de ascensão social, influência direta do escolanovismo, resquícios, portanto, do debate que permeou toda a década de 80 entre a Pedagogia Escolanovista e a Histórico-Crítica. Uma concepção de escola convertida em instituição, que supostamente garantiria igualdade de oportunidade de vida, e não algo novo.

O partido, continuava ainda assim, a defender a escola pública de qualidade para todos, dentre outros motivos, em decorrência de ter sido composto, em suas origens, por educadores, jovens e trabalhadores envolvidos com movimentos e sindicatos da área educacional.

O PT já iniciava aqui igualmente suas defesas das relações existentes entre qualidade da educação e gestão democrática do sistema^{ix}. Um outro fator que, na ótica do partido, contribuía para a qualidade do ensino era a apropriação do conhecimento produzido pelos homens, por crianças, jovens e adultos. Este é um direito social que, se realizado dialogicamente, auxilia para o exercício da cidadania. “O processo do conhecimento contribui para a prática da liberdade.”^x

Neste contexto de transformações, quais foram as defesas para a educação brasileira conclamadas no 4º ENEd/PT ocorrido já em 1999? Será que ainda eram defesas ligadas à uma escola voltada para os trabalhadores, a exemplo do 1º ENEd/ PT, ou uma escola pública para os cidadãos brasileiros, como no 2º. encontro, ainda que esta fosse ainda uma escola voltada para a formação de uma consciência crítica, buscando a transformação rumo à uma sociedade socialista? Objetivamos apontar algumas luzes nos próximos parágrafos.

Os trabalhos desenvolvidos no 4º Encontro foram de dois tipos, a partir de: experiência das administrações petistas no tocante aos estados e municípios, e experiências dos grupos de trabalho referentes ao debate sobre os diversos temas que cerceavam as

políticas educativas naquele momento, tais como: a educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino médio e profissionalizante, educação superior e educação à distância, formação de professores, financiamento e sistema de gestão democrática.

Como metas internas, pretendia-se a definição na organização da CAED, espaços contínuos para o aprofundamento do debate sobre as diferentes formas e fontes dos ciclos de formação praticadas e pensadas nas administrações do PT; a viabilização da formação dos militantes que atuavam na educação; a apresentação com clareza da posição do partido no que se refere à bolsa-escola.^{xi}

Por outro lado, a não-dualidade no ensino médio; os motivos da profissionalização; a apropriação de recursos públicos por grupos privados sem nenhum controle pelos órgãos públicos e sociedade civil; os projetos e perspectivas para uma nova proposta de ensino médio; a formação continuada dos professores desse nível de ensino e a expansão do ensino médio ao ensino noturno foram os eixos de discussão presentes nos trabalhos do GT sobre Ensino Médio e Educação Profissional. Quanto às propostas e encaminhamentos gerais, foi defendido que as administrações petistas deveriam investir nas escolas de ensino médio de formação geral, tornando-as escolas de qualidade; investir igualmente na formação permanente dos profissionais da educação e construir os projetos pedagógicos com a participação de toda a sociedade civil.

Desta feita, as discussões do 4º ENEd/PT visavam, por um lado, a participação no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação, em andamento naquele ano de 1999, com a ocorrência de audiências públicas, visando propor alternativas ao texto apresentado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação e em vias de aprovação; mas, por outro lado, dar suporte, em matéria de educação, aos governos petistas, fossem eles municipais ou estaduais.

A reafirmação da defesa de uma escola pública, laica e de qualidade perdeu a ênfase em meio ao movimento dialético da história. O Partido dos Trabalhadores já não defendia em seus escritos a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade

socialista e o discurso reformista tornava-se público, vindo a se aprofundar nas propostas de governo apresentadas à sociedade quando das disputas eleitorais para Presidência da República de 2002. O Partido dos Trabalhadores, inicialmente um partido classista, de trabalhadores, havia se tornado um partido social-democrata em suas defesas para a sociedade brasileira?

O PT tornou-se governo federal em 2003 e adentramos o ano de 2004 com a troca do Ministro da Educação, saiu Cristóvão Buarque, entrou Tarso Genro com a sua eloqüente defesa em prol da Reforma Universitária. Mas quais serão as propostas a serem apresentadas como as grandes novidades para a universidade brasileira? Esperemos para ver. Será que a qualidade da educação será fruto de seriedade suficiente a ponto de verificarmos algo realmente de novo? Já diz o ditado popular que a esperança é a última que morre. Mas a nossa, dos educadores, bem como da sociedade civil em geral está em mais franca agonia perante um partido que prezava pela liberdade e agora enquanto governo expulsa os parlamentares que ousam ir contra as deliberações do partido-governo, a exemplo do ocorrido no ano de 2003 com a Senadora Heloísa Helena e com os Deputados Federais Luciana Genro e Babá. Um partido que defendia a educação para todos e atualmente espera ampliar o FIES (crédito educativo), no lugar de ampliar as vagas nas universidades públicas, bem como as recuperar, ou espera cobrar taxas dos professores do ensino universitário privado que porventura tenham feito suas pós-graduações em universidades públicas. É este o PT que até agora está sendo nos apresentado. Esperemos que a origem do partido seja recuperada e a educação volte a ser responsabilidade e dever do Estado, uma educação de qualidade, pública, laica e gratuita para todos.

ⁱ Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduada em História pela UFRN. Professora da Universidade Católica do Salvador, das Faculdades Integradas Olga Mettig e da Faculdade Social da Bahia. Consultora Pedagógica da Editora Moderna.

ⁱⁱ DAMASCENO, Alberto et al. **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez, 1989. P. 29

ⁱⁱⁱ DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. p. 21

^{iv} DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. p. 21

^v DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. p. 21

^{vi} DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 4.

^{vii} DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 4.

^{viii} DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 9.

^{ix} Esta gestão democrática era defendida como parte da luta pela democratização e desprivatização do Estado e pela auto-organização da sociedade.

^x DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 15.

^{xi} A respeito da bolsa-escola nas reformas educacionais da década de 1990 ver AVEIRO, Jorge F. H. **A reforma educacional no Brasil (1988 – 2001): processos legislativos, projetos em conflito e sujeitos históricos.** 2002. Tese (Doutorado em Educação) – FE, UNICAMP, Campinas.